

OS ESTADOS UNIDOS E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS DA COLÔMBIA: APOIO TECNOLÓGICO, TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL E ATUALIZAÇÃO DOUTRINÁRIA

THE UNITED STATES AND THE RESTRUCTURATION OF THE COLOMBIAN ARMED FORCES: TECHNOLOGICAL SUPPORT, ORGANIZATIONAL TRANSFORMATION AND CONSTRUCTION OF FORCE PROFILE

JOÃO ESTEVAM DOS SANTOS FILHO¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS

E-mail: joaoestevam08@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar descritivamente o processo pelo qual os Estados Unidos envolveram-se no esforço de reestruturação da organização militar colombiana. A pergunta que guia a pesquisa é como os Estados Unidos influenciaram na reestruturação do perfil das Forças Armadas da Colômbia entre 1998 e 2010? Para responder essa pergunta foi elaborada a seguinte hipótese: os Estados Unidos ajudaram na construção de um novo perfil de força próprio para atuação em conflitos irregulares através de: 1) fornecimento de equipamentos militares e 2) apoio à mudança organizacional e doutrinária. Os resultados da pesquisa corroboram a hipótese inicial.

Palavras-chave: Forças Armadas; Colômbia; Estados Unidos.

Abstract: This article has as its objective to descriptively analyze the process by which the United States enveloped themselves in the effort of restructuration of the Colombian military organization. The question that guides the research is how the United States influenced in the restructuration of the Colombian Armed Forces profile between 1998 and 2010? To answer this question there was elaborated the following hypothesis: the United States assisted in the building of a new force profile proper to the actuation in irregular conflicts by: 1) providing military equipment and 2) backing the organizational and doctrinal change. The results of the research corroborate the initial hypothesis.

Keyword: Armed Forces; Colombia; United States.

¹ Graduando do sexto semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Introdução

A partir da década de 1980, o governo norte-americano passou a intensificar a sua atuação militar na América Latina mediante intervenções militares diretas. Conquanto na América Central e Caribe as ações fossem voltadas contra governos de esquerda ou nacionalistas, cujas políticas eram contrárias aos interesses dos Estados Unidos na região, na América do Sul a justificativa par tal atuação deixa de recair no discurso da "ameaça comunista" e passava a centrar-se na chamada "guerra às drogas". Dessa forma, após um período em que se havia relegado a América Latina ao segundo plano, esta voltava como espaço de intensificação da presença militar norte-americana.

Concomitantemente, nessa mesma década, as principais guerrilhas da Colômbia passavam a expandir as suas ações e a reformular as suas estratégias, bem como sua estrutura organizacional. O resultado desse processo é que a partir do início da década de 1990 e início dos anos 2000, os movimentos guerrilheiros passaram a intensificar sua lógica de ganhos territoriais, utilizando-se das tréguas e ambivalências do governo para ampliar seu domínio territorial. Ao mesmo tempo, as Forças Armadas do país andino não tinham a estrutura e nem os equipamentos necessários para mudar a situação a seu favor ou ao menos contrabalançar as ações dos guerrilheiros. É nesse contexto, portanto, que a atuação norte-americana no país torna-se mais incisiva, sobretudo por meio da institucionalização do auxílio militar dos Estados Unidos ao governo colombiano, cujo maior reflexo foi a criação do Plano Colômbia.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma descrição do processo pelo qual os Estados Unidos envolveram-se no esforço de reestruturação militar colombiana. A pergunta que guia a pesquisa é como os Estados Unidos influenciaram na reestruturação do perfil das Forças Armadas da Colômbia entre 1998 e 2010? Para responder essa pergunta foi elaborada a seguinte hipótese: os Estados Unidos influenciaram na construção de um novo perfil de força conflitos irregulares através de: 1) fornecimento de equipamentos militares e 2) apoio à mudança organizacional e atualização doutrínaria.

Aqui, o envolvimento norte-americano no conflito colombiano é adotado como estudo de caso devido ao fato de que a Colômbia é atualmente o maior receptor de auxílio financeiro na

América do Sul e principal aliado político-militar dos Estados Unidos na América Latina. Assim, esse estudo justifica-se na medida em que a atuação estadunidense no subcontinente, ainda que restrita ao auxílio à transformação das Forças Armadas colombianas, é de grande importância o entendimento da conjuntura securitária da região, uma vez que trata-se da presença de um ator extrarregional cujas capacidades militares são superiores a de todos os Estados sul-americanos somados.

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa consistiu na análise estatística descritiva das variáveis gastos em defesa, criação de unidades militares e aquisição de sistemas de defesa, cujas informações foram coletadas em bases de dados internacionais, como o *SIPRI Arms Transfers Database*, *SIPRI Military Expenditure Database* e o *The Military Balance*. Também foi feita análises documentais de relatórios da U.S. *General Accounting Office* (GAO), do governo colombiano e de *think tanks* norte-americanos, como os da RAND Corporation e do *Strategic Studies Institute* (SSI). Por fim, foi realizada uma revisão de literatura especializada em temas como conflito armado colombiano, estruturação das Forças Armadas da Colômbia e envolvimento norte-americano na luta contrainsurgente no país sul-americano. Segundo o marco teórico utilizado nessa pesquisa, reestruturação militar equivale à ação de incorporar às Forças Armadas mudanças organizativas, estruturais, logísticas, de política pessoal e de aquisições; ou seja, mudanças na doutrina militar e na dimensão técnico-operativa (ESCOBAR; PABÓN; MENDEVIL, 2006).

O presente artigo encontra-se estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução: a segunda seção trata acerca do envolvimento militar dos Estados Unidos na América Latina no período posterior à Guerra Fria. Para isso, será necessário realizar uma breve perspectiva histórica das mudanças na política de segurança dos Estados Unidos nos anos finais da Guerra Fria, mais precisamente a partir da década de 1980. Assim, por meio desta seção é possível perceber que a atuação dos Estados Unidos no conflito colombiano não é um fato isolado, mas contextualizado com as mudanças nas relações securitárias dos Estados Unidos com a América Latina que tomaram curso desde o fim da bipolaridade.

A terceira seção, por sua vez, busca oferecer um panorama da conjuntura em que se encontrava o conflito colombiano a partir da década de 1980. Serão retratadas as transformações sofridas pelos movimentos guerrilheiros do país e que levaram-nos a conseguir várias vitórias sobre as forças do governo. Também será mostrada a situação das Forças Armadas da Colômbia, relegadas nesse período um estado de obsolescência e ineficácia contra os grupos insurgentes. Assim, essa seção mostrará algumas das variáveis que levaram o governo colombiano a buscar a ajuda dos Estados Unidos na esfera estratégica.

Na quarta seção será descrito como se deu a atuação militar estadunidense no conflito colombiano. Tal análise será dividida em dois períodos, sendo cada um deles caracterizado por dinâmicas diferentes da assistência norte-americana e dos processos político-militares internos da Colômbia. O primeiro período coincidiu com a segunda metade do mandato do presidente Andrés Pastrana Arango (2000-2002), enquanto o segundo se deu no período coincidente com os dois mandatos de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010). A última seção mostrará as considerações finais da pesquisa realizada. Assim, segundo o que foi visto, a hipótese inicial foi validada e verificou-se, de fato, uma influência norte-americana no novo perfil de força colombiano, com suas capacidades voltadas sobretudo para um conflito irregular, mediante o fornecimento de sistemas de defesa e a ajuda na reestruturação organizacional das Forças Armadas colombianas.

2. Políticas de Segurança dos EUA para a América Latina a partir da Década de 1980

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a política de segurança dos Estados Unidos para a América Latina tem sido baseada na manutenção de sua posição hegemônica no Hemisfério Ocidental. A definição de Estado hegemônico aqui é a utilizada por Mares (2001), para quem um *hegemon* regional na arena de segurança é aquele de quem os demais atores regionais não podem proteger-se, devido à forte assimetria de suas capacidades militares com relação às dos demais países da região (MARES, 2001). Essa condição do Estado hegemônico advém de um

grande desequilíbrio que caracteriza a balança de poder regional e que pende desproporcionalmente a favor do *hegemon*. Seguindo essa linha, Mearsheimer (2001) afirma que hoje os Estados Unidos são a única potência hegemônica regional, uma vez que sua capacidade de projeção no hemisfério não encontra paralelo nas demais regiões do mundo.

Dessa forma, as políticas securitárias dos Estados Unidos para a América Latina devem ser analisadas sob a perspectiva de um ator hegemônico cujas ações são voltadas para a manutenção dessa posição. Assim, as políticas de segurança dos Estados Unidos, tanto no sentido de manter e expandir sua estrutura logística militar² na América Latina quanto no de desenvolver uma nova agenda de segurança³ estão vinculadas ao objetivo de manutenção da posição hegemônica regional norte-americana (através das dimensões coercitivas e cooptativas). Veremos agora que políticas de segurança caracterizaram a relação do governo norte-americano com os Estados latino-americanos desde as décadas finais da Guerra Fria.

A partir dos anos 1980 e sobretudo com o início do governo de Ronald Reagan (1981-1989), houve um novo reacendimento das tensões Leste-Oeste, decorrentes da retomada por parte do governo norte-americano de políticas que fizessem frente à União Soviética, conhecidas como "ofensiva Reagan". Um importante componente desse novo escalonamento de tensões com o bloco socialista foi uma militarização crescente na abordagem para com os países da América Central e Caribe, devido aos processos revolucionários que vinham ganhando espaços em alguns países da região desde meados da década de 1970.

Dessa forma, essa nova onda de intervencionismo norte-americano na América Central e caribenha implicou na utilização de aliados⁴ para lutar contra esses regimes (WESTAD, 2005). Também é importante notar que uma das principais razões para essa ofensiva contra os

² A expansão dessa estrutura logística se deu sobretudo no final da década de 1990 e início da década de 2000, quando os EUA buscaram estabelecer novas facilidades operacionais (*Forward Operating Locations*) na região após o fechamento da base norte-americana de Howard, Panamá. Exemplos dessas facilidades são a base aérea de Comapala (El Salvador), base militar de Manta (Equador), base aérea de Soto Cano (Honduras), dentre outras.

³ A importância dessa nova agenda de segurança hemisférica reside também no fato de ser ela a base política dos programas de assistência militar norte-americana nos anos 1990 e 2000 (Iniciativa Regional Andina, Plano Colômbia, Iniciativa Mérida, Iniciativa de Segurança da Bacia do Caribe, além de outros).

⁴ Atores armados não estatais dispostos a lutar contra os regimes de esquerda, como foi o caso dos *Contras*, utilizados para combater o governo sandinista na Nicarágua.

regimes revolucionários centro-americanos era que, para Reagan (e seus assessores), a "América Central era o medidor da posição global dos Estados Unidos: se eles falhassem ali, a Guerra Fria no Terceiro Mundo estaria perdida" (WESTAD, 2005, p. 339). Assim, os Estados Unidos interviram em El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Granada.

Por outro lado, a política de segurança norte-americana para a América do Sul (sobretudo na América Andina) foi marcada por outro tipo de militarização. Nesse caso, não se tratava de um enfrentamento a regimes revolucionários de esquerda, mas sim à produção e comercialização de entorpecentes, o que ficou conhecido como "Guerra às Drogas". Apesar de esse termo ter sido utilizado primeiramente no governo de Richard Nixon (1969-1974), foi extensivamente empregado durante a administração Reagan, tanto como retórica quanto em termos práticos.

Dessa forma, em 1986, o presidente norte-americano assinou a Diretiva Presidencial número 221, que afirmava serem as drogas uma ameaça letal à segurança dos Estados Unidos, ampliando, em consequência, o papel dos militares na luta antinarcóticos (EUA, 1986). Nesse mesmo ano, o governo norte-americano enviou uma unidade de combate do Exército a fim de realizar a "Operação *Blast Furnace*", direcionada para a destruição de laboratórios e centros de produção de cocaína. Essa política de guerra às drogas foi continuada no governo George H. W. Bush (1989-1993), cujo um dos símbolos principais da continuação da ofensiva antidrogas na América Latina foi a invasão norte-americana no Panamá, em 1989, a fim de capturar o presidente do país, Manuel Noriega, com base na acusação de que este estaria envolvido com atividades de narcotráfico.

Durante a década de 1990, essa estratégia de combate ao narcotráfico passou não mais a ser apenas o foco de iniciativas militares unilaterais dos Estados Unidos, mas passou também a ser desenvolvida em conjunto com os países sul-americanos, sobretudo os da região andina, sob a forma tanto de operações conjuntas com esses Estados quanto de programas de assistência no combate aos narcóticos. No primeiro caso, um dos exemplos considerados como gerador de melhores resultados foi a implementação do *Plan Dignidad*, na Bolívia, a partir de 1997 (HIRST, 2003). No segundo caso, um dos principais exemplos foi a Iniciativa

Regional Andina (IRA), estabelecida em 2001 e "focada na erradicação de plantações de drogas, assistência militar, projetos alternativos de desenvolvimento, cumprimento da lei e reforma judicial e ajuda para pessoas deslocadas" (PIZARRO; GAITÁN, 2006). Essa iniciativa incluía fundos para Colômbia (aproximadamente 70% dos recursos), Panamá, Brasil, Equador, Peru, Bolívia e Venezuela.

Também nessa década, a iniciativa norte-americana de luta contra as drogas foi institucionalizada e incorporada à nova agenda de segurança hemisférica. Enquanto durante a Guerra Fria essa agenda era marcada pelo discurso da "ameaça comunista", a partir da década de 1990 a ênfase das políticas securitárias da região deveria ser dada principalmente a três aspectos: tráfico de drogas, imigração ilegal e os problemas ambientais (HIRST, 2003). Essa nova agenda também foi incorporada à Estratégia de Segurança dos Estados Unidos para as Américas após a Conferência das Américas de 1994 e a Reunião de Ministros de Defesa de 1995. Nesse documento ficava estabelecido que as políticas de segurança estadunidenses para a região latino-americana deveria se dar nos marcos da emergente "agenda cooperativa", que deveria se focar no combate às novas ameaças que se intensificavam no continente (LOVEMAN, 2006).

Durante a década de 2000, as políticas de segurança de Estados Unidos passaram a ter outro componente: o combate ao terrorismo internacional. A raiz de tais preocupações reside nos atentados terroristas que ocorreram em 11 de setembro de 2001, contra o World Trade Center e o Pentágono. A partir daí, a retórica da "Guerra ao Terror" foi combinada com a da "Guerra às Drogas" e com outros problemas como o crime organizado transnacional e a lavagem de dinheiro. Dessa maneira, "houve uma expansão considerável da presença da inteligência estadunidense ao longo da região" (HIRST, 2003), com a atuação do *Federal Bureau of Investigation* (FBI), da *Drug Enforcement Agency* (DEA) e da *Central Intelligence Agency* (CIA), sobretudo na região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, onde havia a suspeita de infiltração de membros de organizações terroristas nessa área (HIRST, 2003).

Assim, as políticas de segurança norte-americanas para a América Latina têm sido caracterizadas por um forte componente de securitização e militarização de problemas que costumavam estar inseridos na esfera das políticas públicas, nomeadamente a questão do combate ao narcotráfico e ao crime organizado transnacional de maneira geral, o tráfico de armas e pessoas, os problemas ambientais, lavagem de dinheiro, imigração ilegal, dentre outros. Também foi vista uma crescente preocupação do governo norte-americano com a presença de grupos terroristas na região onde os Estados Unidos possuem uma posição hegemônica. Esse contexto da abordagem norte-americano para os problemas de segurança dos Estados latino-americanos também influenciou o modo como os Estados Unidos estabeleceram uma cooperação militar com a Colômbia e, consecutivamente, o próprio processo de reestruturação das Forças Armadas colombianas.

3. O Conflito Armado Colombiano a partir da Década de 1980

A partir da década de 1980 também ocorre na Colômbia uma mudança na dinâmica envolvendo os diversos movimentos guerrilheiros que atuavam no país. Nesse período, houve ao mesmo tempo o surgimento de outros grupos guerrilheiros (como o M-19 e o Quintín Lame) e o fortalecimento e intensificação das ações militares das principais guerrilhas⁵. Esse fortalecimento se deu em grande parte devido à expansão financeira que esses grupos tiveram, seja por meio de recursos provenientes da produção de coca e do narcotráfico, seja da extração de petróleo e de ouro ou da produção de outros bens primários. Assim, as FARC aumentaram o número de suas frentes; o ELN teve um aumento no número de seu efetivo, bem como uma consolidação em regiões de importância econômica e o EPL também aumentou no seu número de combatentes e o controle sobre as áreas nas quais já tinha presença (PÉCAUT, 2010).

⁵ Nesse momento, as guerrilhas mais importantes eram, em primeiro lugar, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Exército de Libertação Nacional (ELN) e o Exército Popular de Libertação (EPL), todas ligadas à ideologia marxista e de base camponesa.

Além disso, entre as décadas 1970 e 1980, as FARC lograram expandir o número de suas frentes de 5 para 24 e realizaram, em 1982, a sua VII Conferência e uma Plenária Ampliada. Nessas duas reuniões foi delineado o que ficou conhecido como Plano Estratégico das FARC, que estabelecia o grupo como um Exército Popular (EP), que deveria expandir suas atividades para as grandes cidades, em conjunto com outras organizações revolucionárias (FARC, 1982). Além disso, ficou decidido que seria expandido o número de suas frentes de 24 para 48 e que seriam criados comandos móveis e unidades grandes o bastante para atacar o Exército Nacional de frente e não mais por emboscadas; também decidiu-se aumentar o número de combatentes para 28.000 (MARKS, 2002).

Na década de 1990, apesar da desmobilização de algumas guerrilhas, houve uma forte ofensiva por parte do ELN e das FARC. No que tange ao primeiro, apesar do crescimento do número de combatentes que, no ano de 1998, chegava a cerca de 5.000 (IISS, 1998), decidiu-se por evitar a confrontação militar com o Exército, limitando-se apenas a realizar ataques a infraestruturas de comunicação e energia, propaganda armada, sequestro de pessoas e de aviões (RABASA; CHALK, 2001). No caso das FARC, na década de 1990 esse grupo obteve grandes resultados, tanto na sua reorganização militar quanto nas suas ações. No que se refere ao primeiro, o grupo conseguiu aumentar o número de seus combatentes de 2.000, em 1982, para em torno de 15.000 a 20.000, em 2001 (MARKS, 2002). Também expandiram a quantidade de frentes de 10, em 1980, para 60, em 2001. A partir de 1993, foram formados blocos que abrigariam as frentes e ficariam sob o comando de um membro do Secretariado (PÉCAUT, 2010).

No que se refere às suas operações, entre 1995 e 2000, as FARC conseguiram alcançar vários êxitos, tanto na expansão de seu controle territorial sobre áreas periféricas do país, conseguindo controlar áreas estrategicamente importantes (mostradas na Figura 1), como a zona desmilitarizada de El Caguán⁶ e áreas ao sul do país, quanto na execução de ações que visavam causar danos aos grandes centros urbanos. Assim, nesse período, o grupo realizou

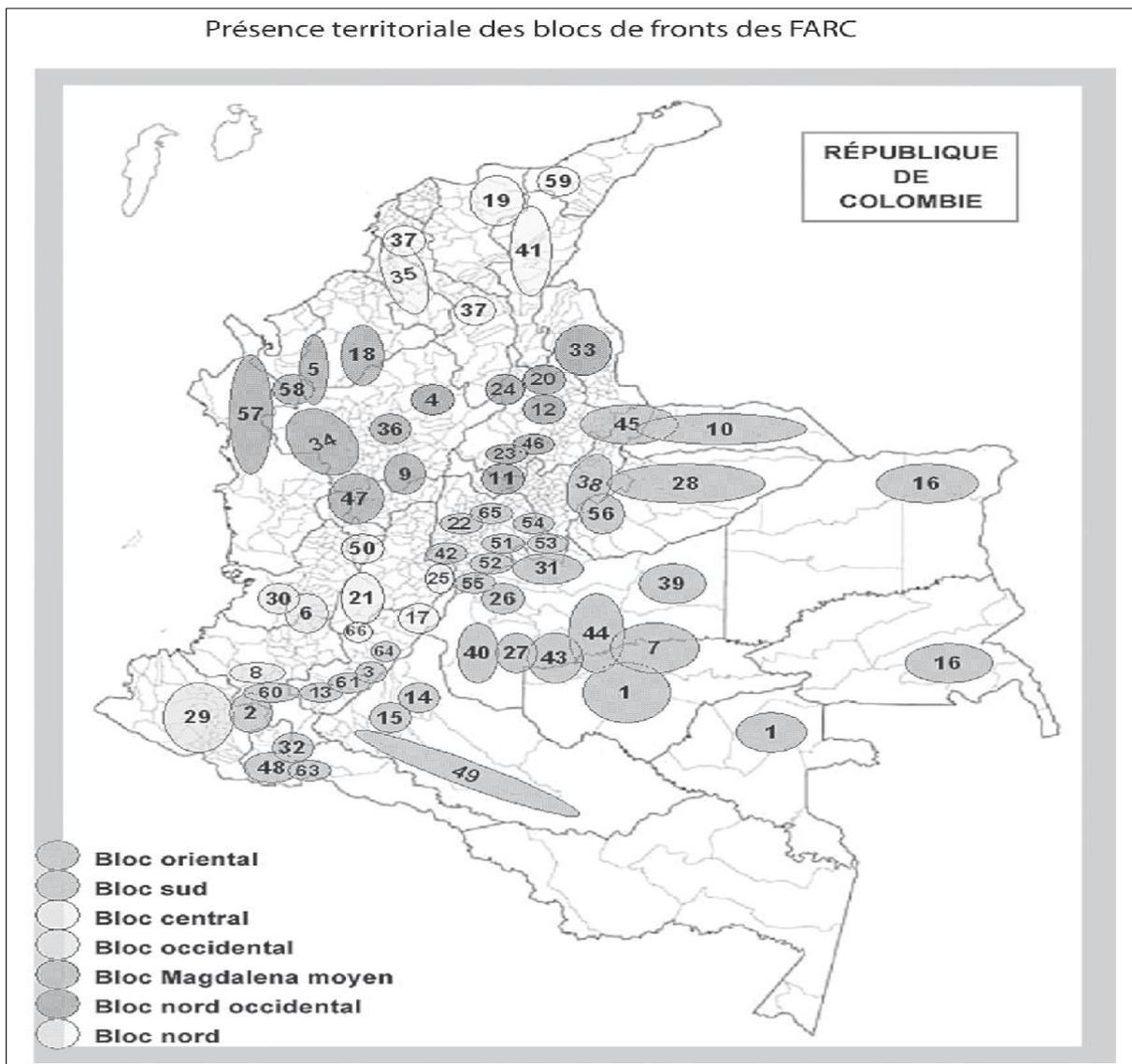
⁶ A desmilitarização desta zona de 42.139 km² foi uma das condições estabelecidas pelas FARC para que se desse as negociações de paz entre elas e o governo. No entanto, mesmo em meio às conversações de paz, a guerrilha utilizou essa zona como plataforma de operações em várias frentes no sul e leste do país, atacando bases militares e cidades em vários departamentos.

várias ofensivas no sul e leste do país, destacando-se o ataque à base de Las Delicias, em 1996, em Putumayo e a tomada da cidade de Mitú⁷ (PÉCAUT, 2010). Ademais, o grupo conseguiu lançar ataques contra as regiões ao redor de Bogotá e cortar comunicações entre esta cidade e a capital do departamento de Meta, Villavicencio, a maior cidade das planícies orientais (RABASA; CHALK, 2001). Importante também notar que em várias dessas operações militares, as FARC utilizaram frentes com mais de 1.000 combatentes, o que prova que essa guerrilha estava conseguindo passar da guerra de guerrilha para uma guerra de movimentos⁸.

⁷ Como se verá mais adiante, esta cidade conseguiu ser retomada pelas Forças Armadas, já com a reestruturação militar tendo entrado em curso.

⁸ A guerra de movimentos é uma guerra de exércitos regulares, com avanços e retrocessos, onde a mobilidade ampla da tropa é o determinante e onde tais exércitos realizam campanhas ou combates ofensivos de decisão rápida em linhas exteriores ao longo de frentes amplas (MARTÍNEZ, 2008).

Figura 1. Presença territorial dos blocos de frentes das FARC



Fonte: Pécaut (2010).

Apesar de grande parte desses avanços estratégicos e táticos terem sido possíveis devido aos êxitos econômicos que tiveram e pela reorganização e aumento de suas estruturas militares, tais fatos apenas foram possíveis devido ao estados em que se encontravam as Forças Armadas da Colômbia no período anterior a sua reestruturação, sobretudo nos período entre

1996 e 1998. Até então, a questão da guerrilha, apesar de grave e de ter-se tornado um problema de âmbito nacional desde a década de 1980 (e não mais limitado a uma determinada região do país), fora parcialmente resolvido tanto por alguns avanços militares por parte das Forças Armadas como pela situação política da década de 1990 que favoreceu a desmobilização total ou parcial de algumas das guerrilhas do país. No entanto, o período da grande ofensiva das FARC e do ELN, entre 1995 e 2000, demonstrou as precárias condições das Forças Armadas, tanto em matéria de pessoal quanto de equipamentos. Além disso, as doutrinas utilizadas pelas forças, sobretudo pelo Exército, já demonstravam não serem adequadas à luta antiguerrilheira, uma vez que se baseavam em uma rigidez no modo de enfrentamento⁹ do Exército às insurgências, impedindo que aquele se adequasse à nova fase operacional que as FARC passavam a adotar.

O emprego das forças do Exército em operações contrainsurgentes era caracterizado pela rápida dispersão das forças, sem que ao mesmo tempo houvesse mobilidade suficiente para deslocar um número significativo de combatentes para os teatros de operações. Dessa forma, "as forças não podiam responder a ataques de certa entidade, porque não se podia reuni-las em prazos curtos nem movê-las com rapidez ao lugar onde se requeriam-nas" (BORRERO, 2006, p. 132). Além disso, as unidades táticas possuíam uma quantidade muito pequena de combatentes, sendo empregadas basicamente no patrulhamento das áreas que lhes eram subjacentes, não tendo assim capacidade de mobilização de um contingente expressivo para partes mais remotas do país; prova disso é que, em 1998, quando houve o ataque das FARC em El Billar, o 52º Batalhão Contra-Guerrilha empregou apenas 154 homens em três de suas companhias, que acabaram sendo capturados pelas FARC (MARKS, 2002).

Além disso, em 1998, dos 121.000 soldados das Forças Públicas¹⁰, 23% se dedicavam ao policiamento, 35% eram soldados graduados¹¹, 15% eram dedicados ao treinamento e cuidado

⁹ Rigidez caracterizada principalmente pela definição do número de combatentes a serem utilizados nas campanhas contras as guerrilhas: o Exército baseava-se na utilização de um baixo número de tropas para enfrentar frentes guerrilheiras compostas por um número maior de combatentes. Isso ocorria porque a doutrina antiguerrilheira dessa força militar ainda era baseada nas operações contrainsurgentes praticadas desde os anos 1960.

¹⁰ Na Colômbia, as Forças Públicas são integradas pelas Forças Armadas e pela Polícia Nacional.

de infraestrutura e apenas 33% eram empregados em operações militares. Ademais, essa proporção de efetivos era empregada em uma estrutura organizacional complexa e pouco eficiente para fazer frente às guerrilhas, sendo composta de 5 divisões, 25 brigadas, 43 batalhões de infantaria, 9 batalhões de cavalaria, 8 batalhões de artilharia, 12 batalhões de engenharia, 19 batalhões de serviços, 50 batalhões contraguerrilha e 3 brigadas móveis (BUITRAGO, 2002). Dessa forma, para conseguir resolver o problema da produção de entorpecentes e, sobretudo, fazer frente aos avanços guerrilheiros, as Forças Armadas da Colômbia necessitavam passar por um processo de reestruturação militar. Entretanto, para isso, também teriam que conseguir assistência militar vinda do exterior - sobretudo dos Estados Unidos.

4. O Envolvimento Norte-Americano no Conflito Colombiano

O envolvimento dos Estados Unidos na luta contra os movimentos guerrilheiros colombianos¹² data mais propriamente do ano 2000, com a aprovação e execução do Plano Colômbia¹³. Em um primeiro momento a ajuda militar norte-americana concentrou-se no combate às atividades ligadas ao narcotráfico - que serviam de fonte de financiamento para os grupos insurgentes. Entretanto, a partir de 2002, com a emergência da guerra global ao terror, os Estados Unidos passam a prover assistência militar para o combate esses grupos especificamente. Em virtude dessas diferenças, a análise da assistência norte-americana ao governo colombiano será dividida em duas fases que correspondem aos períodos 2000-2002 (coincidindo com o governo Andrés Pastrana, na Colômbia) e 2002-2010 (período que corresponde à administração de Álvaro Uribe).

¹¹ Em espanhol, *bachilleres*. Esses soldados eram proibidos por lei de serem empregados em tarefas operacionais.

¹² Até 2002, o envolvimento norte-americano no combate contra as guerrilhas era realizado de maneira indireta, por meio do combate ao narcotráfico. Os setores políticos e militares norte-americanos afirmavam que, como o comércio de entorpecentes era a principal fonte de renda das FARC, o combate a essa atividade acabaria por debilitá-las (ARCINIEGAS, 2014).

¹³ "O Plano Colômbia foi um conjunto de disposições legais e de recursos orçamentários, de diferentes agências norte-americanas, o qual passou da guerra contra as drogas para a guerra contra o narcoterrorismo" (ARCINIEGAS, 2014, p. 135).

4.1. Primeira Fase (2000-2002)

Desde 1995, o governo colombiano vinha sofrendo uma série de perdas para os dois principais grupos guerrilheiros do país: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Essas perdas se davam tanto nas operações militares das Forças Armadas contra as insurgências, quanto na perda de controle territorial para esses e outros grupos armados. Assim, "a ausência de controle do Estado em 40% do território colombiano atraiu a atenção dos Estados Unidos. Isso porque tais territórios, localizados principalmente no sul do país, estavam sob o controle das FARC e de grupos paramilitares" (ARCINIEGAS, 2014, p. 137). Assim, o presidente colombiano procurou a ajuda norte-americana a fim de implementar um plano que ajudasse no desenvolvimento do país como forma de combate às guerrilhas. Entretanto, com o fracasso das negociações de paz tanto com as FARC quanto com o ELN, o governo norte-americano modificou a proposta colombiana (antes baseada sobretudo na ajuda econômico e no auxílio ao desenvolvimento econômico, sobretudo nas áreas rurais), transformando-a em um programa de apoio militar e financeiro à luta antinarcóticos das Forças Armadas colombianas (ARCINIEGAS, 2014)¹⁴.

Essa estratégia baseava-se em dois pressupostos centrais:

o primeiro, de que atacar a fonte do tráfico por pulverização aérea seria a maneira mais eficaz para parar o fluxo de drogas aos EUA. O segundo, de que os grupos armados foram amplamente envolvidos no tráfico de drogas, de modo que ao combate o narcotráfico seriam atingidas as suas fontes de financiamento (ARCINIEGAS, 2014, p. 142).

Dessa maneira, a Colômbia tornou-se o terceiro maior receptor de assistência militar dos Estados Unidos, depois de Israel e Egito. A partir de 2000, o governo norte-americano passou a fornecer ajuda financeira para as Forças Armadas colombianas, destinando US\$ 683,5

¹⁴ É possível perceber o caráter militarizado do Plano Colômbia ao analisar a distribuição de seus recursos por área quando foi implementado: 60,35% para assistência militar; 14,31% para assistência policial; 7,96% ao desenvolvimento alternativo; 4,36% para ajuda a pessoas deslocadas; 5,93% para Direitos Humanos; 1,51% para reforma judicial; 5,23% para garantia da lei e somente 0,35% para as negociações de paz (PIZARRO; GAITÁN, 2006).

milhões, em 2000 e continuando nos anos seguintes¹⁵ (GAO, 2008). Além disso, a partir de 1998, o governo colombiano passou a realizar uma série de medidas a fim de reestruturar as Forças Armadas do país, sobretudo o Exército, a fim de permitir uma melhor atuação contra a ação dos grupos guerrilheiros (VILLAMIZAR, 2003). Dessa forma, para além da ajuda financeira prestada pelo governo norte-americano nesse período, houve uma participação direta deste no próprio processo de reestruturação militar do país sul-americano. Entretanto, é importante notar que nessa primeira fase de assistência norte-americana a assistência financeira e o fornecimento de equipamentos era destinado (pelo menos oficialmente) apenas para o combate ao narcotráfico.

Assim, em termos de fornecimento de sistemas de defesa, o Plano Colômbia forneceu sobretudo helicópteros de ataque e transporte para o Exército colombiano, ajudando no desenvolvimento da Brigada de Aviação do Exército. Assim, as Forças colombianas adquiriram 72 novas aeronaves de asa rotativa, através do Pacote de Helicópteros do Plano Colômbia, que custou em torno de US\$ 260 milhões e foram destinadas à Brigada de Aviação do Exército. Além disso, técnicos da *Narcotics Affairs Section* (NAS) forneceram treinamento aos pilotos colombianos para a utilização dos modelos UH-60 e UH-1H, entre 2001 e 2003 (GAO, 2003). Entretanto, essas 72 aeronaves tinham autorização para serem usadas apenas em operações antinarcóticas, como as que foram realizadas no sul do país (departamentos de Caquetá e Putumayo) em 2000. Em vista dessa restrição no uso das aeronaves, o governo colombiano adquiriu outros helicópteros destinados a operações contrainsurgentes.

Esse reequipamento das Forças Armadas colombianas auxiliou no combate aos grupos guerrilheiros, uma vez que o aumento do número de aeronaves de transporte (tanto aviões quanto helicópteros) possibilitou um aumento na mobilidade das tropas colombianas. Além disso, essas aeronaves foram utilizadas nos combates através de apoio aéreo aproximado, garantindo uma maior penetração das forças do Exército nos territórios até então sob domínio das guerrilhas. Ademais, a utilização dessas aeronaves nas operações militares permitiu que a doutrina de armas combinadas ganhasse cada vez mais relevo nas Forças Armadas

¹⁵ Apesar dessa soma inicial, os valores destinados às Forças Armadas colombianas nos anos seguintes do governo Pastrana sofreram um significativo declínio, tendo chegado a um total de US\$ 683,5 milhões, em 2001 e US\$ 257,1 milhões, em 2002 (GAO, 2008).

colombianas - algo que se intensificou e tomou maior forma na segunda fase da reestruturação militar.

Além disso, os Estados Unidos também ajudaram no processo de mudança organizacional das Forças Armadas, mediante o financiamento para a criação de novas unidades e o envio de técnicos para a assistência em operações antinarcóticos. Assim, entre 1999 e 2001, foi criada a Brigada Antinarcóticos, composta por três Batalhões Antinarcóticos, que reunia 2.285 soldados profissionais e conscritos, mediante o apoio financeiro dos Estados Unidos, em um montante de US\$ 45 milhões para equipamento e treinamento (GAO, 2003).

Além disso, o governo norte-americano também apoiou a criação de uma Força Tarefa Conjunta do Sul, uma unidade que contava com a participação de subunidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea, cuja missão principal era o combate ao narcotráfico no sul da Colômbia (GAO, 2003). Os Estados Unidos também contribuíram na reforma da inteligência do país sul-americano, através do fornecimento de aeronaves de inteligência. Além disso, o Comando para o Sul dos Estados Unidos (U.S. SOUTHCOM) apoiou financeira e tecnicamente o estabelecimento de uma Central de Inteligência Conjunta, em Tres Esquinas.

Essa mudança ocorrida tanto no nível das unidades e subunidades das forças militares colombianas, bem como no seu sistema de inteligência foi realizada por meio da incorporação da doutrina de forças especiais e de operações conjuntas. Dessa maneira, a incorporação de mais efetivos a nível de brigada e a criação unidades fundamentadas na interoperabilidade entre as três forças armadas provocou uma mudança na própria atuação do Exército colombiano, além de melhorar os seus resultados operacionais. Além disso, essas unidades agora contavam com modernos equipamentos de inteligência, como radares baseados em terra e novas aeronaves de reconhecimento, que davam suporte às tarefas operacionais dessas.

Essas mudanças nas Forças Armadas colombianas já eram visíveis no final do governo Pastrana, sendo possível percebê-la através da sua atuação na retomada do território de El Caguán. Para essa operação foram utilizados 31 aviões, incluídos os de transporte de tropa; embarcações e material humano para controlar os rios do sul do país; também se contava com tropas de infantaria, além da FUDRA, que facilitaram a penetração das tropas das Forças

Especiais e dos batalhões contraguerrilha no território controlado pelas FARC (ESCOBAR; PABÓN; MENDIVIL, 2006).

4.2. A Segunda Fase (2002-2010)

Enquanto até 2001 o envolvimento dos Estados Unidos esteve marcado por uma retórica de guerra ao narcotráfico, com os atentados do 11 de setembro desse mesmo ano, a participação do país passou a relacionar-se gradualmente ao discurso da guerra global contra o terrorismo. Já na conjuntura interna colombiana tal fato legitimou na opinião pública a visão de que a maneira mais eficaz de lidar com o fenômeno das guerrilhas era intensificando a luta contrainsurgente. Assim, com base em uma proposta de governo que visava resolver a questão dos grupos armados ilegais¹⁶ pela via militar, foi eleito para a presidência Álvaro Uribe Vélez. A fim de conseguir intensificar a luta contrainsurgente, ainda em 2002, o presidente conseguiu que o governo norte-americano aprovasse a utilização dos recursos do Plano Colômbia para a luta contrainsurgente, alegando que os movimentos guerrilheiros eram, na verdade, terroristas¹⁷. Iniciava-se assim, a segunda fase do Plano Colômbia.

Durante esse período, não somente os Estados Unidos continuaram a assistir o governo colombiano no seu esforço de reestruturação militar, como a cooperação entre os dois Estados foi elevada a um patamar mais alto, como atesta a formulação do Acordo Suplementar para Cooperação e Assistência Técnica em Defesa e Segurança entre os dois países. Entre outras medidas, o acordo previa a continuação do uso de sete bases militares colombianas¹⁸ pelos Estados Unidos e a possibilidade de o pessoal das Forças Armadas norte-americanas terem "acesso e capacidade de movimentar-se livremente dentro e entre localizações e instalações

¹⁶ É interessante notar que a política militarista de Uribe foi direcionada exclusivamente para as guerrilhas, tendo sido feito o oposto com os grupos paramilitares, as chamadas Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), que desmobilizaram-se mediante um acordo com o governo e por pressões dos Estados Unidos que havia incluído o grupo na lista de organizações terroristas.

¹⁷ O termo utilizado por Uribe era "narcoguerrilhas".

¹⁸ As bases e instalações citadas no acordo incluíam: Base Aérea de Germán Olano Moreno, em Palanquero; Base Aérea Alberto Pawells Rodríguez, em Malambo; Forte Militar de Tolomaida, em Nilo; Forte Militar Larandia, em Florencia; Base Aérea Capitão Luis Fernando Gómez Niño, em Apiay; Base Naval Bolívar, em Cartagena e Base Naval ARC Málaga, em Bahía Málaga (EUA; COLÔMBIA, 2009, p. 5).

acordadas mutuamente" (EUA; COLÔMBIA, 2009, p. 5). Entretanto, no ano de 2010, a Corte Constitucional da Colômbia declarou o acordo inconstitucional, impedindo assim a sua concretização.

Assim, houve o prosseguimento do fornecimento de assistência financeira dos Estados Unidos às Forças Armadas da Colômbia, observando-se nesse período inclusive uma certa tendência de crescimento da assistência militar norte-americana, que cresceu de US\$ 257,1 milhões, em 2002, para US\$ 382,8 milhões, em 2006. Essas cifras foram realocadas para seis diferentes áreas da defesa: aviação do Exército, forças terrestres do Exército, segurança de infraestrutura, interdição aérea, interdição costeira e fluvial e outras (GAO, 2008). Tais assistências representaram uma continuação do modelo de reestruturação militar iniciado no governo Pastrana, caracterizado por um perfil de força baseado em um número significativo de aeronaves para transporte de tropa e apoio aéreo aproximado, utilização de equipamentos de vigilância (radares) para o combate ao narcotráfico¹⁹ e envolvimento de outras forças no combate às guerrilhas.

Em relação às aquisições de equipamentos e materiais de uso militar, manteve-se uma tendência de aquisição de aeronaves de asa rotativa, tanto para auxiliar as tropas em terra por meio apoio aéreo aproximado e transporte, quanto para realizar missões de reconhecimento (IISS, 2006). Importante frisar que agora esses sistemas poderiam ser utilizados para operações contrainsurgentes e não mais apenas de combate ao narcotráfico, como no governo anterior. Dessa maneira, vários dos helicópteros fornecidos pelo Plano Colômbia foram utilizados para operações defensivas e para apoiar tropas em estradas, garantir a segurança de infraestrutura petroleira e corredores de passagem em montanhas, bem como cidades remotas. A partir de 2004, as aeronaves de asa rotativa também puderam ser utilizadas para missões de caráter ofensivo, inclusive prestando auxílio para os batalhões da FUDRA na coleta de inteligência (ZALTZMAN, 2015).

¹⁹ Esse caráter da reestruturação militar colombiana é demonstrado principalmente com a implementação do *Air Bridge Denial (ABD) Program*, caracterizado pela instalação de um sistema de radares baseados em terra cuja função era ajudar na vigilância do espaço aéreo colombiano e, dessa maneira, contribuir para a interdição de aeronaves ligadas a atividades ilícitas, sobretudo ao narcotráfico, pela Força Aérea Colombiana (GAO, 2005).

No que concerne à ajuda para a reorganização das Forças Armadas colombianas, sobretudo o Exército, os Estados Unidos tiveram grande influência na divisão da administração dessa Força em Comandos Conjuntos, que colocariam os efetivos das três forças sob o mando de um único oficial de qualquer uma delas em determinada zona. Assim, o país foi dividido em seis áreas²⁰ e para cada uma delas ficava sob a responsabilidade de seu respectivo chefe de comando comum, que era subordinado ao Comandante Geral das Forças Armadas. Outra mudança foi a criação da Força Tarefa Conjunta Ômega (FUTCO), integrada pela FUDRA e suas cinco brigadas móveis, com seu posto de comando estabelecido no departamento de Meta (CARREÑO, 2014).

Ademais, a estratégia norte-americana para a luta contrainsurgente foi baseada na criação de forças de operações especiais para atuar em operações contra alvos de alto valor e de resgate de reféns das guerrilhas, seguindo-se assim a opinião dos analistas de defesa norte-americanos. Assim, "em 2002, o governo dos Estados Unidos decidiu financiar um Batalhão de Comando colombiano como um meio de atacar líderes [guerrilheiros] e infraestrutura" (MOYAR; PAGAN; GRIEGO, 2014, p. 30). Dessa maneira, foi oferecido treinamento por técnicos norte-americanos em táticas avançadas de unidades pequenas, operações noturnas, reconhecimento especial, operações de mobilidade aérea e planejamento operacional (MOYAR; PAGAN; GRIEGO, 2014).

Além disso, em 2003, foi criado o Batalhão Lancero, a fim de abrigar unidades que executassem operações contra alvos de alto valor (HVT). Esses dois batalhões, por sua vez, foram incorporados ao Comando de Operações Especiais do Exército, que recebeu treinamento do 7º Grupo de Forças Especiais dos Estados Unidos (MOYAR; PAGAN; GRIEGO, 2014). Por fim, houve uma grande ajuda das agências norte-americanas tanto no treinamento e fornecimento de equipamentos, quanto na provisão de informações e dados. Assim, agências de inteligência como a CIA e a *Narcotics Affairs Section* (NAS), bem como o Centro de Fusão de Inteligência (ambos subordinados à Embaixada dos EUA) forneceram informações para as forças de operações especiais colombianas (MOYAR; PAGAN; GRIEGO, 2014).

²⁰ As seis áreas são: Caribe, Pacífico, Sul, Oriente, Centro e Planícies.

Ainda na dimensão organizacional, foi implementado o Plano 3x3 em 2003, que "consistia na criação de três brigadas móveis por ano para terminar em 2006 com 18 destas unidades especialmente desenhadas para dar ao Exército uma maior cobertura geográfica" (ESCOBAR; PABÓN; MENDIVIL, 2006, p. 204). Além disso, foram criados 4 batalhões de alta montanha; para a infantaria da Marinha, foram implementadas novas agrupações de forças especiais antiterroristas urbanas, os batalhões de fuzileiros foram fortalecidos e incorporaram-se 2000 soldados regulares e de apoio (ESCOBAR; PABÓN; MENDIVIL, 2006).

Dessa maneira, nessa segunda fase da reestruturação militar colombiana, as Forças Armadas colombianas continuaram a adotar os conceitos utilizados pelos Estados Unidos de criação de Força de Operação Especiais para atividades de contrainsurgência - doutrina também utilizada em outros países, como o Afeganistão, através de técnicos norte-americanos encarregados de treinar as forças desse país. Também foi utilizado de maneira mais intensa os conceitos de operações conjuntas e de comandos conjuntos, também implementados através das instruções dos técnicos do SOUTHCOM. Um exemplo de aplicação operacional dessas doutrinas foi a execução das operações que compunham o Plano Patriota, uma vez que utilizou-se as forças da Marinha no controle fluvial, a Força Aérea na vantagem tática que representava sobre a guerrilha através do controle aéreo, combate e logística e, claro, o Exército no combate terrestre e controle das áreas antes sob domínio das FARC (ESCOBAR; PABÓN; MENDIVIL, 2006).

5. Considerações Finais

Com a realização da presente pesquisa pode-se ver que o envolvimento do governo norte-americano na reestruturação levada a cabo pelas Forças Armadas colombianas desde 1998, já se encontrava desde o início desse processo, por meio da primeira fase do Plano Colômbia, continuando com o governo de Álvaro Uribe, que coincidiu com a segunda fase do referido programa. Entretanto, durante a primeira fase da cooperação EUA-Colômbia na área militar, o foco foi no combate ao narcotráfico - principal preocupação securitária dos Estados Unidos

envolvendo a Colômbia -, enquanto a ênfase na contrainsurgência foi dada apenas a partir de 2002, ano de início da segunda fase do Plano Colômbia. Ademais, a essa política securitária estava inserida em um contexto mais amplo, de redefinição das preocupações securitárias dos Estados Unidos em relação à América Latina e de formulação de novas políticas destinadas a sustentar sua condição hegemônica regional.

No que se refere ao processo de reestruturação das Forças Armadas da Colômbia, este acabou por engendrar um processo de reestruturação que implicou o surgimento de um novo perfil de força contrainsurgente dessa organização. Esse perfil que emerge possui algumas características, dentre as quais se destacam, segundo a análise feita nesse trabalho: uma maior integração entre as três Forças; um aumento na mobilidade do Exército Nacional e um engajamento mais intensificado em operações antinarcóticos. Cada uma dessas características é fruto de transformações tanto quantitativas quanto organizacionais que foram feitas nesse período.

Também é importante ressaltar que as mudanças na instituição castrense resultaram tanto de uma "vontade" própria, gerada domesticamente, pelo governo colombiano - que por sua vez foram moldadas pela conjuntura interna pré-reestruturação, como já foi visto - quanto de pressões advindas do exterior, sobretudo por meio dos condicionamentos impostos pelo governo norte-americano, que estavam relacionadas com a preocupação deste com a sua segurança nacional. Dessa forma, o novo modelo contrainsurgente colombiano deriva de uma inter-relação entre pressões internas e externas.

Quanto à primeira característica, o aumento na integração entre as três forças, verificou-se que esta se deu tanto pela natureza das aquisições dos sistemas de defesa, quanto pelas transformações organizacionais. Com o compra de aeronaves, tanto de asas fixas quanto rotativas, que foram realocados para a Brigada de Aviação do Exército e para a Força Aérea Colombiana (FAC), houve uma maior coordenação entre essas duas Forças. Isso pode ser visto no caso das operações militares (contra as guerrilhas e o narcotráfico), que envolveram a presença de tropas em terra operando conjuntamente com aeronaves da FAC, utilizadas tanto em missões de apoio aéreo aproximado, quanto de transporte.

Já as transformações de âmbito organizacional tiveram um efeito muito mais claro sobre essa característica. Primeiramente, o estabelecimento de unidades de integração das Forças cooperou fortemente para que houvesse uma maior interoperabilidade não somente entre Exército e Força Aérea, mas também entre ambos e a Marinha, cuja tarefa nessas unidades era a de apoiar as demais por meio de interdição marítima ou fluvial, contra a insurgência e o narcotráfico. Além disso, a reforma na inteligência também garantiu uma maior integração entre as três Forças, sobretudo com uma standardização das comunicações entre elas e com o compartilhamento de informações sobre ameaças.

A segunda característica, por sua vez, é resultante também dos dois tipos de transformações mencionados, porém tendo sido fruto principalmente das quantitativas. Primeiramente, o aumento tanto no contingente das tropas terrestres quanto no número de soldados que poderiam ser empregados efetivamente nos teatros de operação favoreceram uma maior possibilidade de movimentação das tropas para outras áreas do país. Assim, enquanto antes várias unidades não tinham a capacidade de defender mais do que as áreas que lhes eram adjacentes, no período pós-reestruturação verificou-se que essas unidades conseguiam transferir tropas inclusive para áreas remotas do país, uma vez que possuíam um maior número de soldados e uma maior proporção na quantidade de recursos humanos empregáveis em ambientes operacionais.

Outra medida que possibilitou esse aumento na mobilidade, ainda em termos quantitativos, foi a aquisição de aeronaves, sobretudo de asas rotativas. Isso porque, como já foi dito, tais aeronaves conseguiam transportar tropas para outras regiões do país. Essa é uma das explicações, por exemplo, da alta velocidade de emprego de tropas da FUDRA. No campo das transformações organizacionais, as novas unidades criadas, justamente por oferecerem um maior grau de integração e coordenação entre as três Forças, possibilitou uma maior mobilidade das tropas do Exército pelo território colombiano.

Por fim, a terceira característica, intensificação no engajamento nas operações antinarcóticos, foi resultado principalmente das transformações organizacionais. Assim, com a criação de unidades como a Brigada Antinarcóticos e a Força de Tarefa Conjunta do Sul, as Forças Armadas tiveram uma maior participação na luta contra o narcotráfico. Esse engajamento foi

ainda reforçado com a reforma de inteligência colombiana, que instituiu várias unidades destinadas para o combate ao narcotráfico, como a Central de Inteligência Conjunta.

Nesse contexto, a cooperação militar norte-americana logrou contribuir para as mudanças mencionadas. Essa contribuição dos Estados Unidos se deu tanto nas transformações quantitativas, quanto nas organizacionais. No que se refere às primeiras, o governo colombiano contribuiu através da transferência de recursos econômicos que, apesar de terem começado a baixar a partir de meados da administração Uribe, contribuiu para o aumento do orçamento dedicado à defesa e à segurança do Estado colombiano. Essa ajuda foi importante sobretudo nos anos iniciais, quando a Colômbia passava por uma grave crise fiscal. Além disso, a ajuda na área quantitativa se deu por meio da transferência de sistemas de defesa com aplicação para conflitos irregulares, como foi o caso de helicópteros para missões de apoio aéreo aproximado (através do Pacote de Helicópteros do Plano Colômbia), aeronaves de inteligência e reconhecimento, sistemas de vigilância, dentre outros.

Já no plano organizacional, a ajuda norte-americana centrou-se no financiamento e estruturação de unidades e subunidades militares voltadas para uma guerra não convencional, inicialmente com foco no combate ao narcotráfico e depois, com ênfase na luta contra os grupos guerrilheiros. Apesar dessas diferenças relacionadas com a finalidade das novas unidades, algumas características permearam a contribuição estadunidense para essa transformação: utilização de armas combinadas, integração da estrutura de mando das três Forças (como atesta o desenvolvimento dos Comandos Conjuntos) e maior comunicação entre essas unidades e as de Inteligência. Além disso, a ajuda militar norte-americana na esfera organizacional também se voltou para o fortalecimento das capacidades de Inteligência do governo colombiano, tendo auxiliado no fornecimento de equipamentos próprios para a melhora das atividades de Inteligência de Sinais (SIGINT) realizadas pela Colômbia.

Também é importante notar que essa mudança organizacional foi realizada concomitantemente a uma modernização do próprio corpo doutrinário contrainsurgente colombiano, que agora era baseado em uma estrutura conjunta, utilizando armas combinadas, aliados a um modelo de Forças de Operações Especiais. Tais doutrinas vieram sobretudo da cooperação com EUA desde a primeira fase da reestruturação militar colombiana, quando o

governo norte-americano (através sobretudo dos Departamentos de Estado e de Defesa) enviaram técnicos para o treinamento de tropas e criação de unidades e subunidades militares.

Portanto, a hipótese inicial dessa pesquisa, de que os Estados Unidos influenciaram na construção de um novo perfil de força próprio para atuação em conflitos irregulares através de 1) fornecimento de equipamentos militares e 2) apoio à mudança organizacional e atualização doutrinária, mostrou-se verdadeira, tendo dessa forma sido corroborada. Por sua vez, esse novo perfil de força era caracterizado por: a) maior mobilidade do Exército; b) maior integração entre as três Forças e c) intensificação no engajamento nas operações antinarcóticos.

Referências Bibliográficas

ARCINIEGAS, Alexander. (2014), *Relações Civis-Militares na América do Sul: O Caso Colombiano Durante o Plano Colômbia (2000-2010)*. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BANCO MUNDIAL. (2016), 'GDP (current US\$)', Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=CO&view=chart&year_high_desc=true>. Acesso em: 06 jan. 2017.

BORRERO, Armando. (2006), "Los Militares: Los Dolores del Crecimiento". In *En la Encrucijada: Colombia en el Siglo XXI*, editado por BUITRAGO, Bogotá, Norma, pp. 113-145.

BUITRAGO, Francisco L. (2002), *La Seguridad Nacional a la Deriva: Del Frente Nacional a la Posguerra Fría*. Bogotá, Alfaomega.

CAMACHO, David A. R. (2014), *Counterinsurgency Lessons from Colombia: An Assessment of the Colombian Army Transformation from 1998 to 2010*. 2014. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos de Segurança. Monterey, Naval Postgraduate School.

COLÔMBIA. (2003), *Política de Defensa y Seguridad Democrática*. Bogotá.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. (1986), *Diretiva Presidencial nº 221 de 1986. Narcotics And National Security*. Washington, D.C.

ESCOBAR, Andrea; PABÓN, Nathalie; MENDIVIL, Laura. (2006), "La Actual Reforma Militar en Colombia: La renovación de las Fuerzas Armadas". In *Reforma Militar en Colombia*, editado por VELÁSQUEZ y VILLA, Medellín, Universidad Pontificia Bolivariana, pp. 177-228.

COLÔMBIA; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. (2009), *Supplemental Agreement For Cooperation And Technical Assistance And Security*. Washington, D.C.

GAO. (2003), *Drug Control: Specific Performance Measures and Long-Term Costs for U.S. Programs in Colombia Have Not Been Developed*. Washington, D.C.

GAO. (2005), *Drug Control: Air Bridge Denial Program in Colombia Has Implemented New Safeguards, but Its Effect on Drug Trafficking is Not Clear*. Washington, D.C.

GAO. (2008), *Plan Colombia: Drug Reduction Goals Were Not Fully Met, But Security Has Improved; U.S. Agencies Need More Detailed Plan for Reducing Assistance*. Washington, D.C.

HIRST, Mônica. (2003), "Seguridad Regional en las Américas". In *La Seguridad Regional en las Américas: Enfoques Críticos y Conceptos Alternativos*, editado por GRABENDORFF, Bogotá, Fescol, pp. 25-80.

IISS. (1998), *The Military Balance*. Londres.

IISS. (2002), *The Military Balance*. Londres.

IISS. (2006), *The Military Balance*. Londres.

LOVEMAN, Brian. (2006), "Plan U.S Security Policies in Latin America and the Andean Regional: 1990-2006". In *Addicted to Failure: U.S. Security Policy in Latin America and the Andean Region*, editado por LOVEMAN, Maryland, Rowman & Littlefield Publishers, pp. 1-52.

MARES, David R. (2001), *Violent Peace: Militarized Interstate Bargaining*. Nova York, Columbia University Press.

MARKS, Thomas. (2002), *Colombian Army Adaptation to FARC Insurgency*. Carlisle, SSI.
MARTÍNEZ, Ariel Fernando Ávila. (2008), *FARC: Dinámica Reciente de la Guerra*. Bogotá, Fundación Ideas Para La Paz.

MEARSHEIMER, John J. (2001), *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova York, W. W. Norton & Company.

MOYAR, Mark; PAGAN, Hector; GRIEGO, Wil R. (2014), *Persistent Engagement in Colombia*. Florida, JSOU Press.

PÉCAUT, Daniel. (2010), *As FARC: Uma Guerrilha sem Fins?*. São Paulo, Paz e Terra.

PIZARRO, Eduardo; GAITÁN, Pilar. (2006), "Plan Colombia and the Andean Regional Initiative: Lights and Shadows". In *Addicted to Failure: U.S. Security Policy in Latin America and the Andean Region*, editado por LOVEMAN, Maryland, Rowman & Littlefield Publishers, pp. 53-79.

PORCH, Douglas; DELGADO, Jorge. (2010), "'Masters of today': military intelligence and counterinsurgency in Colombia, 1990–2009". *Small Wars & Insurgencies*, vol. 21, No. 2, pp. 277-302.

RABASA, Angel; CHALK, Peter. (2001), *Colombian Labyrinth: The Synergy of Drugs and Insurgency and Its Implications for Regional Stability*. California, Rand Corporation.

RESTREPO, Germán Giraldo. (2006), *Transforming the Colombian Army During the War on Terrorism*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Estratégicos. Carlisle, Army War College.

SIPRI. (2016), 'Military Expenditure Database'. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

VIANA, Manuela Trindade; VIGGIANO, Juliana Lyra. (2013), "Indefinição de Fronteiras: A Fusão entre Guerra e Crime nas Políticas dos Estados Unidos para a Colômbia". In *Paz e Guerra: Defesa e Segurança entre as Nações*, editado por MEI. São Paulo, Unesp, pp. 75-104.

VILLAMIZAR, Andrés. (2003), *Fuerzas Militares para la Guerra: La Agenda Pendiente de la Reforma Militar*. Bogotá, Fundación Seguridad y Democracia.

WESTAD, Odd Arne. (2005), *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. Cambridge, Cambridge University Press.

ZALTZMAN, Mario E. (2015), *The Role of the Plan Colombia Helicopter Package in Strengthening the Legitimacy of the Colombian Government*. Massachusetts, Tufts University.